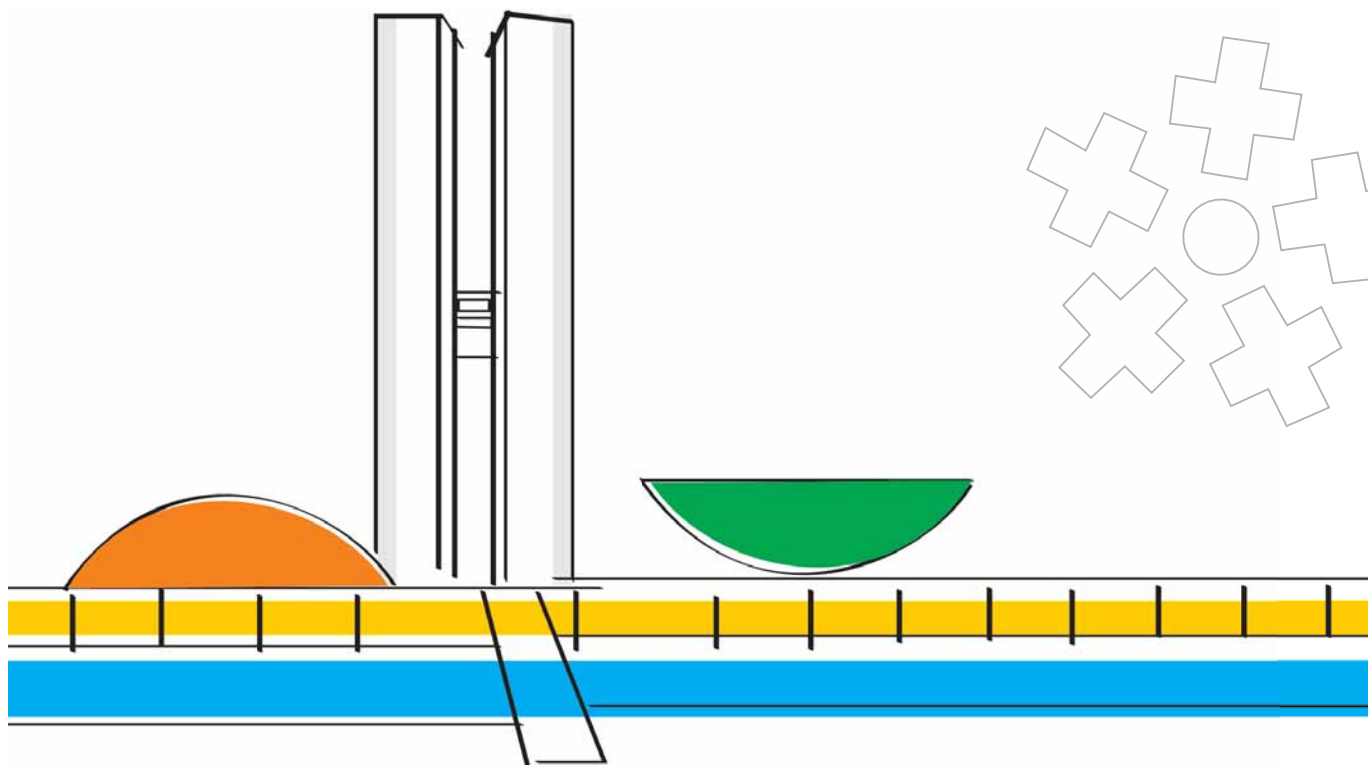


Nº 32 dezembro de 2007 e janeiro de 2008



consensus

JORNAL DO CONSELHO NACIONAL DE SECRETÁRIOS DE SAÚDE | ISSN 1413-1579



CONASS defende mais recursos para a saúde

Outros destaques

Conass intensifica as negociações para aprovar a regulamentação da EC 29 no Senado Federal

P. 3 e 4

Orçamento da saúde de 2008 precisa de mais R\$ 5,9 bilhões

P. 6 e 7

Paraná sedia o primeiro seminário regional sobre violência

P. 8 e 9



CONASS A força dos estados na garantia do direito à Saúde —

E agora?

ARTIGO DO PRESIDENTE DO CONASS E SECRETÁRIO DE SAÚDE DO RIO GRANDE DO SUL, OSMAR TERRA, PUBLICADO NO JORNAL O GLOBO DE 1º DE JANEIRO DE 2008

No Brasil foi construída a proposta mais avançada de política pública de saúde existente no mundo, que é o SUS (Sistema Único de Saúde). Criado em 1988, ele garantiu o direito à promoção, à prevenção e ao atendimento universal, integral e gratuito para todos os brasileiros. O resultado foi a maior redução na mortalidade infantil ocorrida no mundo, a diminuição de 30% na necessidade de internação hospitalar da população e um aumento na expectativa de vida, inclusive entre aqueles portadores de doenças que exigem um tratamento de alto custo e que passaram a ter sua medicação garantida pelo Estado.

Nenhuma política pública se tornou tão abrangente e beneficiou tanto a população nas últimas décadas. Entretanto, o SUS padece com o subfinanciamento desde a sua criação. Ainda hoje temos a metade dos recursos necessários para um atendimento minimamente adequado.

Inicialmente previsto para ter 30% dos recursos da seguridade social, o que hoje representaria mais que o dobro dos valores existentes, logo foi desvinculado dessa fonte e passou a viver crises sucessivas. Tentando resolver o problema, o então ministro Adib Jatene articulou a criação de uma contribuição específica para o setor, a CPMF, que também foi desvinculada logo após a sua criação. As crises por falta de recursos se prolongaram, chegando neste ano à sua situação mais grave, com suspensão de atendimento especializado em várias capitais brasileiras e morte de pacientes por falta de atendimento.

No último dia 12 o assunto voltou à tona com muita força no Senado, que decidia a prorrogação da CPMF. Nos debates, tanto o governo quanto setores da oposição concordaram que deveria ir toda a CPMF para a saúde. O presidente Lula, num gesto político importante, chegou a enviar

uma carta aos congressistas se comprometendo com isso. Mas desentendimentos na condução do processo impediram que a contribuição tivesse os votos para ser prorrogada.

Assim a saúde, mais uma vez, ficou sem previsão dos recursos necessários.

E agora, José?...

Agora estamos no pior dos mundos! É muito difícil que este e qualquer governo no Brasil consigam aumentar recursos da saúde perdendo 40 bilhões de reais do seu orçamento. E se fosse possível fazê-lo somente cortando e remanejando gastos, isso levaria tanto tempo pelas regras legais atuais que pioraria muito a qualidade de vida da nossa população. Entraremos no ano do vigésimo aniversário do maior programa de inclusão social do Brasil sem saber como conseguiremos recursos para ele. É fácil prever que crises iguais ou piores que a de junho de 2007 se tornarão freqüentes, e elas não poderão ser atribuídas somente a problemas de gestão.

Agora, todos têm a responsabilidade de encontrar uma saída antes que uma catástrofe aconteça. Não se trata somente de garantir o orçamento previsto, tanto governo quanto oposição já reconheceram que ele é insuficiente.

Trata-se de chegar a um amplo entendimento que garanta no mínimo o que o presidente Lula estava disposto a bancar com a CPMF, e que a oposição considerava imprescindível. E isso terá de acontecer no prazo de tempo mais curto possível. Quanto mais tempo sem previsão de recursos será pior. Portanto já na primeira semana legislativa de 2008, no início de fevereiro, esse assunto deverá ser pautado através da votação da emenda 29, que propõe o financiamento da saúde nos três níveis federativos, e de uma definição clara de uma nova fonte de recursos para garanti-la. Caso contrário, o desastre será inevitável.

Sem CPMF, CONASS intensifica as negociações no Senado Federal



Presidente do CONASS, Osmar Terra, fala aos jornalistas sobre a necessidade da regulamentação da EC n. 29

O presidente do CONASS, Osmar Terra, propõe a união de esforços entre o setor saúde em favor da aprovação da regulamentação da Emenda Constitucional n. 29, depois da rejeição da prorrogação da Contribuição Provisória sobre Movimentações

Financeiras (CPMF), ocorrida no Senado Federal, no dia 12 de dezembro. Para Osmar Terra, o momento é de resguardar os avanços conseguidos com a regulamentação da Emenda Constitucional n. 29, aprovada em outubro na Câmara dos Deputados (p. 5). "Como o texto da EC 29 está no Senado Federal aguardando votação e ele vincula repasses de recursos extras à saúde com percentuais da CPMF, no montante de R\$ 24 bilhões em quatro anos, sem a contribuição, a saúde perde esses recursos", explica. O presidente do CONASS articula com a Frente Parlamentar da Saúde, com senadores do governo e da oposição, com o Conasems e com o Ministério da Saúde, uma solução para garantir os avanços da emenda.

Terra lamenta o resultado da votação da CPMF no Senado Federal. "A saúde perdeu a oportunidade de receber todos os recursos da CPMF, proposta defendida pelo Conselho Nacio-

nal de Secretários de Saúde (CONASS), endossada pelos secretários municipais, e apresentada pelo Presidente Lula nas negociações durante a discussão da matéria no plenário do Senado Federal. Os recursos totais da CPMF, cerca de R\$ 45 bilhões, com exceção da DRU, iriam para a saúde, o que aumentariam o orçamento da pasta em R\$ 76 bilhões, no final de três anos", lamentou Osmar Terra.

Carta do Presidente Lula

A carta enviada pelo Presidente Lula ao presidente do Senado Federal determinava aos ministros da Fazenda, Guido Mantega, e da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República, José Múcio, a divulgação da posição do governo relativa à PEC 50/2007, que foi feita por volta das 22 horas, no dia 12 de dezembro, pelo o líder do governo no Senado Federal, senador Romero Jucá. "Uma vez aprovada a prorrogação da cobrança da CPMF nos termos da PEC 50/2007, o governo respaldará um acordo parlamentar que dirija valores correspondentes da CPMF, que não são dirigidos hoje à saúde, para que passem a sê-lo, a partir de 2008, de forma progressiva até 2010, à exceção dos recursos abrangidos pela DRU", dizia trecho da carta. O senador Romero Jucá deixou claro que essa proposta, lida na tribuna, foi construída pelos conselhos de Secretários Estaduais e Municipais de Saúde, e acatada pelo governo federal.



Mobilização: Secretários estaduais e municipais reúnem-se no Senado Federal para intensificar as negociações por mais recursos para a saúde





O recém empossado presidente do Senado Federal, senador Garibaldi Alves Filho, recebeu os Secretários Estaduais e Municipais de Saúde, que apresentaram a proposta do setor para prorrogar a CPMF



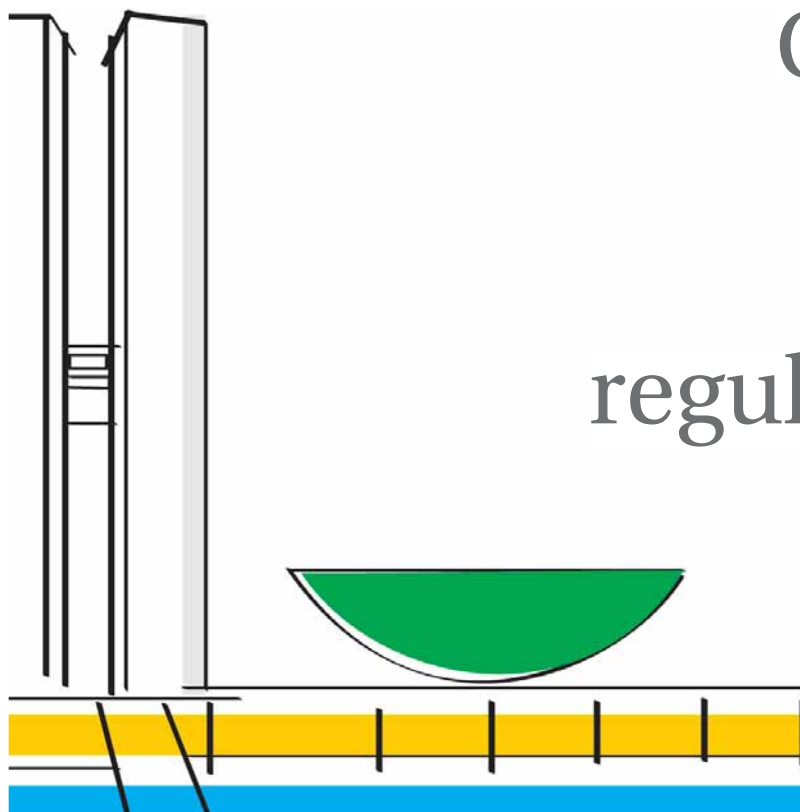
Os Secretários Estaduais de Saúde se mobilizaram no Senado Federal com o objetivo de sensibilizar os parlamentares quanto à proposta de vincular a CPMF para a saúde

Mobilização do CONASS no Senado Federal

Os Secretários Estaduais de Saúde partiram, no dia 12 de dezembro, para uma grande mobilização no Senado Federal com o objetivo de sensibilizar os parlamentares quanto à proposta de vincular toda a arrecadação da CPMF para a saúde. A primeira audiência foi com o recém empossado presidente do Senado Federal, senador Garibaldi Alves Filho. "Declaro que a saúde tem o meu apoio e o meu voto", disse o presidente do Senado. O presidente do PSDB no Senado Federal, senador Sérgio Guerra, o líder do governo no Senado, senador Romero Jucá, também foram visitados pela comitiva. Com o início das discussões da prorrogação da CPMF no plenário do Senado Federal, o presidente do CONASS e Secretário de Estado da Saúde do Rio Grande do Sul, Osmar Terra, intensificou as negociações com os senadores de dentro do plenário e só saiu de lá após a votação. "Conseguimos fazer o governo federal endossar a nossa proposta mas, infelizmente, não foi aceita pela oposição", disse.

Atuação do CONASS é reconhecida na CIT

Um dia após a rejeição da prorrogação da CPMF pelo Senado Federal, o ministro da Saúde, José Gomes Temporão, lamentou a decisão durante a reunião da Comissão Intergestores Tripartite (CIT). "Quem perdeu foi o Brasil e a saúde. O momento é difícil, porém o SUS encontrará os meios para superá-lo". A atuação do CONASS na articulação pela recomposição do orçamento do setor foi ressaltada pela Secretária de Saúde do Mato Grosso do Sul, Beatriz Dobashi, e ratificada pelos secretários estaduais e municipais, assim como pelos representantes do Ministério da Saúde, presentes na reunião. "O Osmar Terra fez desta luta a sua principal pauta como presidente do CONASS. Sua atuação junto aos senadores foi forte e abrangente", afirmou Dobashi.



Câmara dos Deputados aprova a regulamentação da EC n. 29

Após ampla mobilização com a participação dos Secretários Estaduais de Saúde, o plenário da Câmara dos Deputados aprovou no dia 31 de outubro, por 291 votos a 111 e 1 abstenção, a regulamentação da Emenda Constitucional n. 29. O presidente do CONASS, Osmar Terra, acompanhou a votação direto do plenário da Câmara. “Conseguimos regulamentar a EC n. 29, mas o governo federal não aceitou a vinculação dos 10% da receita corrente bruta (que significaria um aporte a mais de R\$ 20 bilhões para a saúde a cada ano) como constava do substitutivo da Comissão de Seguridade Social e Família”, explica. Osmar Terra considerou significativa a votação “pois os deputados definiram as ações e serviços em saúde, seguindo a resolução do Conselho Nacional de Saúde, que proíbe contar como despesa em saúde gasto com inativos, limpeza urbana, merenda escolar, remoção de resíduos sólidos, entre outros”.

A regulamentação da EC n. 29 aguarda votação no Senado Federal, enquanto isso o presidente do CONASS negocia a compensação de recursos que viriam da CPMF para a saúde, derrubada no Senado Federal, no novo texto da regulamentação da EC n. 29. “Estamos negociando no Senado Federal uma forma de compensar a perda dos recursos da saúde com o fim da CPMF”, disse Osmar Terra.



Presidente da Câmara dos Deputados, deputado Arlindo Chinaglia, recebe os gestores estaduais em audiência na semana anterior à votação pelo plenário da Casa





O que diz o texto aprovado na Câmara sobre a regulamentação da EC n. 29

AÇÕES E SERVIÇOS EM SAÚDE

O projeto lista 11 despesas que devem ser consideradas como ações e serviços públicos de saúde, e outras dez que não podem ser custeadas com os recursos vinculados pela EC n. 29. Entre as ações permitidas estão a vigilância em saúde (inclusive epidemiológica e sanitária); a capacitação de pessoal do Sistema Único de Saúde (SUS); a produção, aquisição e distribuição de medicamentos, sangue e derivados e outros; a gestão do sistema público de saúde; as obras na rede física do SUS e a remuneração de pessoal ativo em exercício no setor.

Não poderão ser consideradas, no cálculo dos recursos mínimos para a saúde, despesas como o pagamento de inativos e pensionistas; serviços de saúde para servidores; merenda escolar; limpeza urbana e remoção de resíduos; ações de assistência social e obras de infra-estrutura, entre outras.

Faltam R\$ 5,9 bi no

O CONASS analisou a proposta orçamentária do Ministério da Saúde para 2008, em tramitação na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional, e verificou a necessidade de incremento de recursos financeiros no montante de R\$ 5,9 bilhões. O levantamento lista quatro áreas prioritárias para receber os recursos financeiros: média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar; atenção primária à saúde; aquisição de medicamentos "excepcionais"; e custeio e investimento para unidades de pronto-atendimento ambulatorial 24h do SUS. O estudo foi entregue ao Relator Setorial da Saúde, da Comissão Mista de Orçamento, deputado federal Rafael Guerra.

Média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar (MAC)

Os recursos previstos para as ações de média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar no Projeto de Lei Orçamentária (PLOA) para 2008 são insuficientes para atender a demanda do SUS. O subfinanciamento leva a problemas como filas para cirurgias, exames e consultas especializadas e não permite a implantação de novos serviços. Além disso, o valor previsto no PLOA 2008 não contempla os tetos anuais estimados para dezembro de 2007, nem possibilita a continuidade de implantação da estratégia para a redução das desigualdades regionais, conforme acordado em reunião da Comissão Intergestores Tripartite de setembro/2007, que definiu como meta o piso nacional *per capita* de R\$ 150,00 num período de até 6 anos.

Proposta do CONASS para incremento de recursos no PLOA 2008 Ministério da Saúde (em R\$ 1,00)

Ações	PLOA 2008
Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	20.000.000.000,00
Piso de Atenção Básica Fixo	3.050.000.000,00
Medicamentos "Excepcionais"	1.980.000.000,00
Unidades do componente Pré-Hospitalar Fixo da Política Nacional de Atenção às Urgências	0,00*
Total	25.030.000.000,00

Orçamento da Saúde em 2008

Atenção Primária à Saúde

Na PLOA 2008 em discussão no Congresso Nacional, foram alocados recursos no valor de R\$ 3,05 bilhões para o Piso de Atenção Básica Fixo. O incremento foi de 2,7% em relação à LOA 2007. Como esses recursos são repassados com base *per capita*, fundo a fundo, utilizando-se a população brasileira de 2007 (189.335.187 habitantes) e considerando que existem municípios que o *per capita* chega a R\$ 18,00, conclui-se que existe pouca ou nenhuma margem para qualquer incremento. Levando-se em consideração a inflação acumulada de janeiro de 1998 até outubro de 2007, quando da implantação do PAB, o CONASS defende o incremento de pelo menos R\$ 469 milhões ao PLOA 2008, para que o repasse federal *per capita* aumente de R\$ 15,00 para R\$ 18,59 habitante/ano.

Medicamentos de dispensação em caráter excepcional

A progressão de gastos totais (a soma dos valores gastos pelos estados e governo federal) para a aquisição e distribuição de medicamentos "excepcionais" é alarmante. Em 2002 foram gastos R\$ 638 milhões; em 2003, R\$ 1,05 bilhão; em 2004, R\$ 1,4 bilhão; em 2005, R\$ 1,9 bilhão. As estimativas de gasto em 2006 foram de R\$ 2,3 bilhões e para 2007, R\$ 2,8 bilhões. Para 2008, a estimativa é de gastos totais de R\$3,3 bilhões.

Valor necessário	Proposta de acréscimo
24.582.515.165,00	4.582.515.165,00
3.519.741.127,00	469.741.127,00
2.688.000.000,00	708.000.000,00
200.000.000,00	200.000.000,00
30.990.256.292,00	5.960.256.292,00

*Valor não especificado no orçamento de 2008

O CONASS entende que, dos gastos totais, o Ministério da Saúde deve arcar com 80%, portanto no orçamento de 2008 deve estar alocado R\$ 2,6 bilhões ao invés de R\$ 1,980 bilhão, o que representa uma necessidade de acréscimo ao R\$ 708 milhões ao PLOA 2008.

Atenção integral às urgências

Na Proposta de Lei Orçamentária Anual para 2008 enviada ao Congresso Nacional, não se identifica alocação de recursos específicos para o componente Pré-Hospitalar Fixo (pronto atendimento 24 horas) que visem à organização de redes de urgências e emergências. O CONASS aponta a necessidade de alocar recursos de custeio e investimento para a estruturação dessas unidades conforme estabelecido na Política Nacional de Atenção às Urgências, no valor de R\$ 200 milhões.

Relator Setorial da Saúde indica R\$ 3,1 bilhões para o PLOA 2008

O Relator Setorial da Saúde da Comissão Mista de Orçamento, deputado federal Rafael Guerra, apresentou no dia 4 de dezembro, o seu parecer final que indica a necessidade de complementar o Orçamento da Saúde de 2008 em R\$ 3,1 bilhões, considerando que a previsão para a pasta no PLOA é de R\$ 48,7 bilhões. Do valor a ser suplementado, Rafael Guerra divide 55% para custeio dos procedimentos de média e alta complexidade; 25% para a estruturação da rede física regionalizada de atenção especializada em saúde; e 20% para a ampliação dos serviços de urgência e emergência, sobretudo nas capitais, cidades pólo e municípios com mais de 100 mil habitantes.





Violência: uma epi

A CIDADE DE FOZ DO IGUAÇU, NO PARANÁ, SEDI
DO CONASS EM QUE A VIOLÊNCIA É DISCUTIDA



Secretário de Saúde do Paraná, Gilberto Martin, presidente do CONASS, Osmar Terra, vice-governador do Paraná, Orlando Pessuti e presidente do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde, Helvécio Miranda Magalhães Júnior

Participaram da abertura do seminário **Violência: uma epidemia silenciosa** o vice-governador do estado do Paraná, Orlando Pessuti, o presidente do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde, Helvécio Miranda Magalhães Júnior, o Secretário Estadual de Saúde do Paraná, Gilberto Martin, e o presidente do CONASS e Secretário Estadual de Saúde do Rio Grande do Sul, Osmar Terra, que ressaltou o papel da saúde em diagnosticar os casos de violência no país e de agir na prevenção, numa rede articulada com outros setores governamentais e da sociedade civil organizada. Aproximadamente, 170 técnicos das secretarias estaduais e municipais de saúde da região Sul participaram do seminário.

Osmar Terra relacionou os casos de violência com pessoas com

transtornos mentais. Para ele, "falta no país uma política pública voltada para atender essa população e prevenir atos violentos". Osmar Terra citou que 70% dos acidentes de trânsito ocorrem com pessoas com distúrbios mentais, seja por consumo de álcool, ou por psicopatias, assim como os casos de homicídios. "Mais da metade dos homicídios no mundo não são planejados e ocorrem com pessoas transtornadas mentalmente. A Secretaria Estadual da Saúde do Rio Grande do Sul está atualizando um estudo com a população carcerária (24 mil adultos e 1.000 internos adolescentes) que mostra a relação de distúrbios mentais com atos violentos", adianta.

Osmar Terra enfatizou a necessidade da saúde pública trabalhar nos momentos em que as capacidades psicossociais do ser humano são organizadas. "A ciência já sabe que entre o oitavo e décimo oitavo mês de vida, os bebês estão organizando as capacidades sociais, de receber afeto, apego, controlar os sentimentos e se colocar na posição do outro. Existem janelas que são momentos críticos na vida de uma pessoa

demia silenciosa

IOU O PRIMEIRO SEMINÁRIO REGIONAL COMO PROBLEMA DE SAÚDE PÚBLICA

e precisam receber atenção do Estado, que se bem cuidadas vão ajudar a reduzir a violência na nossa sociedade”, sugere.

Para o Secretário Estadual de Saúde do Paraná, Gilberto Martin, o setor saúde não pode ignorar a terceira causa de óbitos no país. “Quando uma doença atinge um grau tão alto de mortalidade e morbidade, como é o caso da violência, os gestores, os profissionais da saúde, devem fazer essa reflexão, que o CONASS está propondo”, observa. “São nos municípios que o SUS se materializa para o cidadão. Por isso, eles precisam encampar essa questão e articular e sensibilizar os setores para prevenir a violência por meio da saúde pública”, defende Martin.

O recado foi endossado pelo Secretário Municipal de Saúde de Belo Horizonte e presidente do Conasems, Helvécio Miranda Magalhães Júnior. “Os técnicos que aqui estão presentes, das Secretarias Municipais de Saúde, precisam se apropriar das experiências exitosas apresentadas neste seminário e implementá-las nos municípios. O Conasems irá ratificar o resultado dessa discussão, que o CONASS está liderando, no seminário nacional da entidade a ser realizado em Belém/PA, em abril de 2008”, ressaltou Helvécio Magalhães.

Experiências exitosas

Foram apresentadas no seminário 20 experiências das Secretarias de Saúde do Paraná, de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul. São experiências que enfocam ações de promoção à saúde e prevenção da violência, bem como a organização da rede de atenção à saúde com vistas ao atendimento das vítimas. O seminário conta com o apoio do Ministério da Saúde; do Conasems; da Organização das Nações Unidas

170 pessoas participaram do seminário



Grupo de técnicos das secretarias que apresentaram as experiências no primeiro dia do evento



para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco); da Organização Pan-Americana de Saúde (Opas); do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef); do Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (Unifem); da Organização Mundial de Saúde (OMS); e do Escritório das Nações Unidas contra Drogas e Crime (UNODC).



Acesse as experiências e outras informações no www.conass.org.br

13ª Conferência Nacional de Saúde

CERCA DE CINCO MIL PESSOAS SE REUNIRAM PARA DISCUTIR E PROPOR DIRETRIZES PARA AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE, DURANTE O ENCONTRO QUE TEVE COMO TEMA “SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA: POLÍTICAS DE ESTADO E DESENVOLVIMENTO”



O Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, abriu a 13ª Conferência Nacional de Saúde realizada entre os dias 14 e 18 de novembro, em Brasília/DF. O Presidente Lula ressaltou que a saúde atravessa um momento crucial em que aguarda a aprovação da regulamentação da EC n. 29 no Senado Federal. O relatório final da 13ª Conferência Nacional de Saúde

será apresentado na reunião do Conselho Nacional de Saúde (CNS) marcada para os dias 12 e 13 de dezembro. Durante a conferência, 42 entidades, inclusive o CONASS, assinaram uma nota oficial em apoio à regulamentação da EC n. 29, defendendo a ampliação de recursos para a saúde com a destinação de 10% das receitas correntes brutas por parte da União.

O estande do CONASS foi bastante visitado durante os quatro dias da conferência. Foram distribuídos 2.500 CDs da Coleção Progestores – Para Entender a Gestão do SUS, 1.000 livros comemorativos dos 25 anos da entidade e 4.000 jornais Consensus, com as propostas dos gestores estaduais para a saúde. Todos esses materiais estão disponíveis no site www.conass.org.br.



O Secretário de Saúde de Goiás, Cairo de Freitas abre o seminário “Intercâmbio de Conhecimentos para a Equidade em Saúde”

Seminário promove disseminação de experiências intercambiais

Com o objetivo de disseminar aos estados brasileiros as experiências resultantes do Convênio de Cooperação Técnica Goiás-Québec – Apoio à Regionalização da Saúde em Goiás, o CONASS realizou, em Brasília, nos dias 7 e 8 de novembro, o seminário “Intercâmbio de Conhecimentos para a Equidade em Saúde”. O Secretário de Saúde de Goiás, Cairo de Freitas, falou sobre a importância da continuidade da parceria firmada na gestão do então Secretário Estadual de Saúde, Fernando Cupertino, e ressaltou a necessidade de levá-la adiante. “Nós cumprimos com sucesso uma primeira etapa dessa parceria, mas é fundamental que haja a continuidade para que possamos disseminar esse trabalho para outros estados e até mesmo outros países a fim de fortalecer o Sistema Único de Saúde”, disse. Durante a cerimônia de abertura, Cairo de Freitas entregou ao embaixador do Canadá, Paul Hunt e ao senador Marconi Perillo, a coleção de livros “Regionalização da Saúde Intercâmbio Goiás-Québec”, fruto dos trabalhos realizados pelo intercâmbio e que aborda seis dos oito eixos do projeto.

O seminário contou ainda com a participação do Ministério da Saúde e dos Serviços Sociais do Québec (MSSS); da Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP-Fiocruz), da Organização Pan-Americana de Saúde (Opas), da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) e da Embaixada do Canadá no Brasil, assim como a representação da Agência Canadense para o Desenvolvimento Internacional (ACDI) e da Agência Brasileira de Cooperação.

Secretários de Saúde encaminham Carta aos governadores

Resultado da reunião dos Secretários Estaduais de Saúde do Nordeste, ocorrida no dia 29 de novembro, em Salvador/BA, a Carta aos Governadores foi entregue aos representantes do poder Executivo dos estados no dia 30 de novembro, durante o V Fórum de Governadores da Região Nordeste, no Palácio da Aclamação. Secretários da Bahia, Alagoas, Ceará, Paraíba, Piauí, Maranhão, Rio Grande do Norte e representantes de Pernambuco e Sergipe, além de membros do Conselho Nacional dos Secretários de Saúde (CONASS) e do Ministério da Saúde discutiram os pontos da Carta.

Entre os principais pontos da Carta, o Secretário de Saúde da Bahia, Jorge Solla, destacou a quantidade alarmante de ações judiciais que obrigam o SUS a fornecer medicamentos. “Inexistem critérios explícitos e atualizados de protocolo. Todo país que tem sistema universal de saúde define o medicamento que pode ser fornecido”, afirmou. Segundo o Secretário do Ceará, João Ananias Vasconcelos Neto, são gastos, no estado, R\$ 5,5 milhões por mês. O Secretário do Maranhão, Edmundo Costa Gomes, disse que o estado é alvo, mensalmente, de 160 a 170 liminares e mandados.

Os secretários, como consta na Carta aos Governadores, firmaram consenso sobre a aprovação, pelo Senado, da Regu-

lamentação da EC n. 29, conforme estabelecido pela Câmara dos Deputados. “Mesmo com os novos recursos aprovados com a regulamentação da EC n. 29, ainda estamos distantes de um patamar mínimo sustentável para o financiamento do SUS”, alertam. Os secretários também ressaltaram a necessidade de que o cumprimento da EC n. 29 seja escalonado para que estados e municípios que ainda não atingiram o teto mínimo de repasse possam fazê-lo.

A implementação de uma Política de Atenção às Urgências e Emergências por parte do Ministério da Saúde, foi outro ponto enfatizado na Carta. Os secretários também apontaram a necessidade de o ministério equacionar o teto financeiro da Vigilância em Saúde a fim de viabilizar a regularização da contratação dos Agentes de Controle de Endemias (ACE) como um esforço conjunto das três esferas – municipal, estadual e federal – no enfrentamento à dengue, cuja incidência é grave em muitos estados nordestinos.

Secretários Estaduais de Saúde se reuniram para elaborar Carta aos Governadores



→ Conferência internacional discute o acesso aos medicamentos



Participantes da Conferência Anual de 2007

Aconteceu nos dias 21 e 22 de novembro, em Montreal/Quebec, a Conferência Anual de 2007, organizada pela Associação para a Saúde Pública do Quebec (ASPQ) e pela Iniciativa Luso-francófona sobre o acesso ao medicamento e a proteção do cidadão (Colufras). Com o tema "Acesso aos medicamentos e globalização: questões éticas e sociais", o encontro teve como objetivo tratar das implicações éticas e sociais do acesso ao medicamento no contexto da globalização.

O evento contou com o apoio de diferentes organismos governamentais e não-governamentais de diversos países. No caso do Brasil, representantes do Ministério da Saúde, do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS) e do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems), além da Associação dos Laboratórios Farmacêuticos Oficiais do Brasil e da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, participam das diversas mesas de discussão e debates propostos.

"Houve grande expectativa em conhecer a experiência brasileira, haja vista a peculiaridade do Sistema Único de Saúde e as questões que hoje determinam um processo de judicialização da saúde, especialmente no tocante ao acesso a medicamentos", explicou o assessor técnico do CONASS, Fernando Cupertino, que junto com os assessores René Santos e Lore Lamb representaram o CONASS no encontro. O assessor especial da Secretaria Executiva do CONASS, René Santos, falou sobre a crescente demanda pelos medicamentos de alto custo no Brasil e ressaltou a necessidade de se regular, por meio de lei, a dispensação desses medicamentos para não comprometer o futuro do Sistema Único de Saúde.

 [Veja a apresentação no www.conass.org.br](http://www.conass.org.br)

II Simpósio Internacional sobre a Rede de Atenção à Urgência e Emergência

Ocorreu de 27 a 29 de novembro, em Belo Horizonte/MG, o II Simpósio Internacional sobre a Rede de Atenção à Urgência e Emergência, que teve o objetivo de apresentar e combinar experiências internacionais e nacionais na organização de Redes de Urgência e Emergência. "Este simpósio, que traz a troca de experiências positivas, é mais uma ação desenvolvida visando ganho de resolutividade. O evento proporcionou aos participantes, conceitos alinhados com o desenho de uma rede com lógica de funcionamento e responsabilidades bem definidas, além da compreensão do desafio que temos pela frente", enfatizou o Secretário de Estado de Saúde, Marcus Pestana.

O Secretário de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde, José Carvalho de Noronha, ressaltou a questão revolucionária do Sistema de Urgência e Emergência como o princípio da Classificação de Risco. "Neste encontro, reunimos o que há de melhor. Um exemplo claro é o funcionamento do sistema de classificação de risco em Coimbra, Portugal, que reduziu, através da organização de seu sistema, o tempo



Abertura do simpósio

de espera de seus pacientes da Urgência de sete horas para sete minutos”, citou.

“Seminários como este são importantes para atender bem as pessoas. Não apenas são necessários investimentos, mas também organização e recursos humanos qualificados, por meio de ações de capacitação como esta, através dos cursos oferecidos”, declarou o presidente do Instituto Nacional de Emergências Médicas de Portugal, Luiz Manuel Cunha Ribeiro.

São Paulo reúne autoridades mundiais para discutir gestão e tecnologia



Abertura do seminário

São Paulo foi sede de um dos maiores encontros entre autoridades de saúde das Américas e da Europa com o objetivo de trocar experiências e discutir a gestão do sistema público de saúde. Entre os dias 28 e 30 de novembro, a Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo realizou o “Seminário Internacional Inovações na Gestão do Setor Saúde”, que reuniu universidades, organizações internacionais de saúde e secretários municipais e estaduais de Saúde, além do ministro da Saúde, José Gomes Temporão.

Junto ao seminário foi realizada a “I Mostra SES/SP”, que reuniu os melhores trabalhos nas áreas de contratualização, incorporação tecnológica, gestão da qualidade e humanização da assistência à saúde. Entre os trabalhos apresentados na mostra estava um sistema de avaliação cardiológica à distância desenvolvido pelo Instituto Dante Pazzanese de Cardiologia.

Voltado para gestores de saúde, pesquisadores, profissionais de saúde, docentes, alunos da área e interessados pelo tema, o encontro recebeu cerca de mil participantes por dia. “O evento permitiu abordar e compartilhar novas idéias e experiências de gestão do Setor Saúde, destacando as melhores práticas de gestão da administração pública, novas políticas institucionais, estruturas e sistemas que visem maior eficácia e eficiência do setor”, afirma Luiz Roberto Barradas Barata, Secretário de Estado da Saúde.

Os trabalhos foram abertos na manhã do dia 28 com uma palestra sobre os antecedentes e perspectivas da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo. Após a apresentação inicial do Secretário Estadual da Saúde, Luiz Roberto Barradas Barata, foram realizadas uma série de mesas de discussão sobre temas relacionados à gestão em saúde pública.

A primeira mesa discutiu estratégias de ampliação do acesso da população e o aperfeiçoamento da qualidade e resolubilidade das ações e serviços de saúde. Foram discutidas também as estratégias de controle de riscos, doenças e agravos prioritários no estado de São Paulo, além do processo de implementação do Pacto Pela Saúde em São Paulo. Coordenada pelo Secretário Adjunto de Saúde de São Paulo, Renilson Rehen, a mesa relatou o processo de implementação do Pacto pela Saúde, ressaltando as particularidades do processo paulista.

Outro tema que mereceu destaque foi a produção tecnológica da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo. Representantes do Instituto Dante Pazzanese de Cardiologia, do Instituto Butantan e da Fundação para o Remédio Popular (Furp) apresentaram o histórico de suas instituições e demonstraram como elas alcançaram importante representatividade nacional do ponto de vista tecnológico. “Apesar de atuarem em áreas completamente diferentes e de ser impossível traçar pontos em comum entre suas estratégias de gestão, os três exemplos reunidos nessa mesa mostra o que de melhor existe em termos de produção tecnológica estatal no Brasil”, diz o Dr. Ricardo Oliva, diretor da Furp.

Além de secretários estaduais e municipais de saúde de diversas regiões do país, participaram representantes de 12 países da Europa e das Américas, além da Organização Pan-Americana de Saúde (Opas).



Reunião da Câmara Técnica de Comunicação Social



Secretário de Saúde do Rio de Janeiro, Sérgio Côrtes, Diretor Geral do Inca, Luiz Antonio Santini, e a Chefe da Divisão de Comunicação Social do Inca, Cristina Ruas

A terceira reunião da Câmara Técnica de Comunicação Social do CONASS – Rede de Comunicadores do SUS – foi realizada nos dias 23 e 24 de novembro, no Rio de Janeiro, e contou com a presença dos assessores de comunicação de 17 estados brasileiros. A reunião se deu na ocasião da I Oficina de Comunicação para o Controle do Câncer, promovida pela Divisão de Comunicação do Inca, com o apoio do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS). O encontro teve como objetivo trocar experiências e conhecimentos, além de expandir informações sobre a Rede de Atenção Oncológica,

integrando os profissionais de comunicação social, que são atores importantes para a mobilização social em prol do controle do câncer.

No primeiro dia do encontro (23) técnicos do Inca apresentaram, entre outros temas, o câncer como um problema de Saúde Pública; o acesso às informações sobre o câncer; a situação do câncer no Brasil; o papel da comunicação social no controle do câncer; os dados da pesquisa “Concepção dos Brasileiros sobre o Câncer”; além de diversos projetos de comunicação desenvolvidos pelo Inca.

No dia seguinte, deu-se continuidade à oficina sobre Mobilização Social, iniciada em setembro deste ano, fruto de uma parceria entre o CONASS e a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Ao final do encontro, os participantes formularam as propostas das próximas ações da Rede de Comunicadores do SUS.

Reunião da Câmara Técnica de Gestão e Financiamento

Realizada em Brasília, nos dias 3 e 4 de dezembro, a Câmara Técnica de Gestão e Financiamento contou com a participação da diretora do Departamento de Apoio à Descentralização/SE/MS, Lúcia Queiroz, que dentre os temas discutidos, falou sobre a implementação do Pacto pela Saúde.

Durante a reunião, os integrantes da Câmara Técnica fizeram relatos sobre a implementação do pacto em seus estados, debateram a atual situação da regulamentação da Emenda Constitucional n. 29 e analisaram o Projeto de Lei Orçamentária Anual 2008 para o Ministério da Saúde.

Eles receberam ainda, informes acerca dos incentivos do bloco de gestão e do limite do financiamento de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar.



Participantes da Câmara Técnica de Gestão e Financiamento

CONASS promove Oficina de Atenção à Saúde no SUS



Oficina de Atenção à Saúde no SUS

O CONASS realizou, nos dias 29, 30 e 31 de outubro, em Brasília, uma oficina sobre Rede de Atenção à Saúde no SUS que teve como finalidade instrumentalizar os técnicos das secretarias estaduais de saúde no desenho e implementação de redes.

A oficina foi dividida em duas unidades. Na primeira, foi analisada a situação demográfica e epidemiológica e estabelecida a sua interação com os modelos de atenção à saúde. A segunda unidade abordou os fundamentos e os componentes de rede, além de simulada uma metodologia de implantação de redes.

Durante os três dias, os participantes foram estimulados a participar de maneira ativa no processo de ensino-aprendizagem por meio de exercícios em grupos e exposições que sistematizavam as informações que eram trabalhadas.

Participaram da oficina diretores, coordenadores e gerentes das secretarias estaduais de saúde, além de membros dos Conselhos Municipais de Secretarias de Saúde (Cosems).

Pernambuco faz auto-avaliação da saúde pública

INICIATIVA REÚNE PROFISSIONAIS DA SECRETARIA ESTADUAL DE SAÚDE, DAS GERÊNCIAS REGIONAIS E DAS GRANDES EMERGÊNCIAS

Durante três dias, profissionais que atuam na área da saúde pública em Pernambuco estiveram reunidos para participar da oficina para auto-avaliação das Funções Essenciais de Saúde Pública. O encontro aconteceu de 5 a 7 de dezembro, em Recife. Promovido pela Secretaria Estadual de Saúde e pelo Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS), com a participação da Organização Pan-Americana de Saúde (Opas), o encontro visou o aprimoramento das ações da saúde pública melhorando o Sistema Único de Saúde.

Na abertura do evento, o secretário executivo de Promoção à Saúde, Saneamento e Meio Ambiente, Claudio Duarte, ressaltou a importância do encontro e a participação efetiva dos convidados. "Sabemos que a rotina do trabalho em saúde pública exige muito de cada um de vocês, mas é fundamental que nesses três dias os esforços e atenção estejam concentrados para as discussões propostas nessa auto-avaliação com o intuito de avançarmos nas melhorias do SUS não só em nosso estado, mas em todo país".

Também estiveram presentes o assessor do CONASS, Júlio Müller, a consultora Rosa Maria Silvestre (Opas) e a Gerente de Planejamento da SES/PE, Ana Claudia Callou. Os participantes assistiram a uma explanação sobre a metodologia de auto-avaliação das Funções Essenciais de Saúde Pública e seus conceitos, conheceram o programa da oficina e, em seguida, formaram grupos de discussões. No último dia da oficina os grupos expuseram os resultados de suas análises.



CONASS e entidade italiana sinalizam parceria

A Federação Italiana das Empresas Públicas de Saúde (Fiaso), representada pelo seu presidente, Francesco Ripa di Meana, e o Conselho Nacional dos Secretários de Saúde (CONASS), representado pelo assessor de Relações Internacionais, Fernando Cupertino, sinalizaram a possibilidade de realizar ações de intercâmbio de experiências entre Brasil e Itália na área da gestão da saúde pública. Em reunião realizada no dia 30 de novembro, em São Paulo, foram identificados os seguintes temas de interesse comum: modelos de gestão de sistemas de saúde no nível regional; modelos de organização de redes regionalizadas de serviços de saúde; governança clínica; novos desafios na gestão de medicamentos; estratégias de seleção e incorporação de novas tecnologias em saúde; e prioridades comuns na área da atenção primária.

Considerou-se também a possibilidade de realizar em 2008 dois momentos de intercâmbio: em abril, a visita da delegação italiana à São Paulo, visando troca de experiência e análise de realidades relevantes no estado; e, posteriormente, em datas a serem definidas, a visita da delegação brasileira à Bologna, na Itália. A Secretaria de Saúde de São Paulo e a representação no Brasil da Organização Pan-Americana da Saúde manifestaram apoio à iniciativa do CONASS e da Fiaso.

Minas Gerais

Protocolo de Manchester será implantado em Minas

De 27 a 29 de novembro, foi realizado, em Belo Horizonte, o II Simpósio Internacional sobre a Rede de Atenção à Urgência e Emergência e o 1º Encontro do Grupo Brasileiro de Classificação de Risco, quando houve a formatura da primeira turma de triadores do Protocolo de Manchester - um dos primeiros passos para torná-lo a linguagem da Rede Estadual Urgência e Emergência.

A meta é que, em um ano, ele esteja implantado nas macrorregiões Centro e Norte, onde estão sendo desenvolvidos os projetos piloto de construção da Rede.

O protocolo é um método rápido de identificação dos doentes que recorrem ao Serviço de Urgência, permitindo atender, em primeiro lugar, os doentes mais graves, e não, necessariamente, o que chega primeiro. A observação inicial, feita por um enfermeiro, irá identificar sinais que permitam atribuir um grau de prioridade clínica no atendimento e o tempo alvo recomendado, levando à identificação do doente com uma cor, até a primeira observação médica.

Aos doentes com patologias mais graves é atribuída a cor vermelha, que corresponde a um atendimento imediato. Os casos muito urgentes recebem a cor laranja, para serem atendidos em um espaço de tempo de dez minutos, com prazo máximo de 1 hora. Os pacientes que receberem a cor verde e azul representam casos de menor gravidade e poderão ser atendidos em espaço de tempo maior.

Paraíba

Secretaria realiza programação e lança campanha em todo o estado

A Secretaria de Estado da Saúde, por meio da Gerência Operacional de Combate as DST/Aids, lançou no dia 1º, Dia Mundial de Luta Contra Aids, a campanha preventiva sobre a problemática dirigida, especialmente, aos adolescentes e jovens paraibanos.

Durante o lançamento da campanha, agentes multiplicadores de informação circularam nas praias distribuindo preservativos, material educativo e orientando a população a procurar saber seu diagnóstico sobre aids, informando os locais onde se pode fazer o teste de maneira gratuita e confidencial.

Para a campanha, a Gerência Operacional das DST/Aids na Paraíba mobilizou os profissionais da educação sugerindo temas como gravidez na adolescência, relações de gênero, diversidade sexual, vulnerabilidade e prevenção as DST e Aids. Durante toda a semana as escolas públicas do estado promoveram uma série de atividades pedagógicas de prevenção das Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST) e da Aids, utilizando material educativo como cartazes, folders, adesivos, bandanas, entre outros recursos.

O material da campanha “Viva a Vida com Responsa!” também foi distribuído para todas as doze Gerências Regionais de Saúde, para que elas possam apoiar a mobilização dos 223 municípios do estado, durante as programações alusivas ao Dia Mundial de Luta Contra a Aids.

De acordo com dados parciais divulgados pela Gerência Executiva das DST/Aids, até setembro deste ano, os dados acumulados desde junho de 1985, quando foi registrado o primeiro caso da doença na Paraíba, somam 2.632 casos de Aids no estado, sendo 1.863 em homens e 769 em mulheres.

Paraná

Força-tarefa

O Secretário da Saúde do Paraná, Gilberto Martin, compôs uma força-tarefa com entidades envolvidas na questão dos medicamentos solicitados judicialmente. Além da Secretaria, representantes da Associação Médica, Conselho Regional de Medicina, Ordem dos Advogados do Brasil e Ministério Público, entre outros, chegaram a um consenso que a judicialização da saúde é um retrocesso. O encontro, ocorrido na segunda quinzena de novembro, foi o primeiro de uma série de reuniões do grupo que tem o objetivo de avaliar todas as questões referentes aos medicamentos, estabelecer parâmetros para o desenvolvimento de novos protocolos e buscar alternativas para garantir o atendimento imediato aos pacientes.

Santa Catarina

Santa Catarina oferece técnica inédita para o tratamento da Epilepsia

Os profissionais do Hospital Celso Ramos, em Florianópolis, desenvolveram uma técnica inédita para o tratamento cirúrgico da epilepsia. A “reconstrução curvilínea de ressonância nuclear magnética trans-operatória” consiste na sobreposição de imagens do cérebro. Elas são obtidas com uma câmera fotográfica digital durante a cirurgia e comparadas a exames de ressonância realizados previamente pelo paciente e arquivados em formato digital. Com a ajuda de um laptop, o neurocirurgião consegue ter, durante a operação, uma melhor noção tridimensional do cérebro. A equipe médica está submetendo os resultados para publicação em revistas especializadas em neurocirurgia com circulação internacional.





Rio Grande do Sul

SES/RS reúne especialistas para discutir a infância

A SES/RS realizou nos dias 22 e 23 de novembro o Seminário Internacional da Primeira Infância, que nesta edição abordou “As Políticas Integradas para a Prevenção da Violência e Promoção da Vida”. O evento reuniu em Porto Alegre especialistas de oito países, além de brasileiros, para discutir a prevenção da violência. O seminário integra as ações do programa Primeira Infância Melhor (PIM), que tem como base os avanços da neurociência que demonstram uma relação direta entre os cuidados e estímulos adequados nos primeiros anos de vida e o desenvolvimento cerebral da criança. O secretário da Saúde do RS, Osmar Terra, disse que as alterações e falta de estrutura vividas pelas crianças nos primeiros dois anos estão na raiz do comportamento violento futuro.



Mato Grosso do Sul

Unidade da Fiocruz será implantada em Mato Grosso do Sul

O estado deve sediar em janeiro de 2008 um seminário com representantes da região Centro-Oeste para discutir propostas de implantação da unidade técnico-científica da Fiocruz, na capital, além de apurar quais as expectativas e demandas na área de pesquisa em saúde. A decisão foi tomada no final de novembro pelo grupo de trabalho nomeado para estabelecer as normas de implantação da Fiocruz, na capital.

Para Mato Grosso do Sul estão definidas algumas áreas de interesse, entre elas, saúde indígena e dos habitantes das regiões fronteiriças, saúde da mulher e da criança, Pantanal (biodiversidade) e pesquisas para combate da leishmaniose visceral e dengue.

São Paulo

São Paulo vai emprestar R\$ 100 milhões sem juros para Santas Casas

A Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo fechou uma parceria com a Nossa Caixa para que o banco disponibilize cerca de R\$ 100 milhões como linha de crédito às Santas Casas e Hospitais Filantrópicos de São Paulo. Todo o empréstimo será feito a juro zero para as entidades, com prazo de pagamento de até 36 meses.

Pelo acordo estabelecido, cada Santa Casa poderá financiar até R\$ 5 milhões. O limite depende do faturamento SUS de cada uma. As entidades podem dispor de até 30% do faturamento para o pagamento mensal da dívida.

Pelo acordo, os juros relativos à linha de crédito, fixados em 1,89% ao mês, serão pagos pela secretaria.

Piauí

O Piauí ganhou o seu I Centro de Referência para o Tratamento do Fumante, uma parceria entre a SES/PI, Hospital Universitário e Fundação Municipal de Saúde de Teresina. O centro será a referência estadual no tratamento de fumantes que vão contar com uma equipe multiprofissional para o melhor acompanhamento durante o tratamento, além de medicamentos para os casos indicados. A SES/PI pretende apoiar a descentralização do serviço na capital bem como a expansão para o interior do estado, ampliando assim, o acesso dos fumantes ao tratamento. O centro é uma das várias atividades desenvolvidas pelo Programa de Controle do Tabagismo no estado, cujo principal objetivo é diminuir o número de mortes relacionadas ao hábito de fumar.

Pernambuco

Pernambuco lança plano para combater a dengue

O avanço e a mudança do perfil epidemiológico da dengue em Pernambuco vêm preocupando as autoridades sanitárias do estado. Além de um aumento significativo em relação ao mesmo período do ano passado - 9.777 contra 7.419 -, a doença se espalhou por todo o território de Pernambuco, atingindo 178 municípios. Outro fator apontado pelas estatísticas é o crescimento da dengue hemorrágica em crianças e adolescentes: dos 126 casos, 68% foram pessoas com até 14 anos. Para enfrentar a dengue de forma mais efetiva e permanente, a Secretaria de Saúde iniciou no dia 22 de novembro um plano de ação para os próximos seis meses, época do ano propícia à eclosão dos ovos depositados pelo mosquito transmissor (*Aedes Aegypti*).

Entre as inovações do plano, está a implantação de um sistema de informação pioneiro no Brasil, o programa MapdenguePE, desenvolvido por técnicos do estado juntamente com a UFPE. O *software* será alimentado em tempo real por técnicos de epidemiologia e profissionais de saúde do estado, municípios e unidades hospitalares. Ele permitirá uma visualização dos casos e focos de dengue em Pernambuco de acordo com bairro e até mesmo comunidades. Cada caso notificado ou foco será inserido no programa, compondo mapas detalhados, o que permite ao gestor público uma ação mais efetiva por bairro, comunidade ou rua. A alimentação do programa também poderá ser feita pela população, através de um número gratuito (0800 281-5656). Campanhas publicitárias e mobilizações serão realizadas de forma sistemática durante todo o período.



Consensus é uma publicação mensal do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS), de distribuição gratuita. Os artigos assinados são de inteira responsabilidade dos autores.

CONSELHO EDITORIAL

Jurandi Frutuoso
Ricardo F. Scotti
René Santos
Júlio Müller
Vanessa Pinheiro

JORNALISTA RESPONSÁVEL

Vanessa Pinheiro
JP 02653/DF

REPÓRTERES

Adriane Cruz
Tatiana Rosa
Vanessa Pinheiro

DIAGRAMAÇÃO

Fazenda Comunicação e Marketing Ltda.

PROJETO GRÁFICO

Fernanda Goulart

IMPRESSÃO E FOTOLITO

TecnoGraf

TIRAGEM

6.000 exemplares

ENDEREÇO E TELEFONE

Setor de Autarquias Sul
Quadra 1 Bloco N
Ed. Terra Brasílis, 14º andar,
Sala 1.404
CEP: 70.070-010
Brasília - DF
Tel.: (61) 3222-3000
Fax.: (61) 3222-3040

E-MAILS

conass@conass.org.br
consensus@conass.org.br

INTERNET

www.conass.org.br



CONFIRA AS DATAS E OS LOCAIS DOS SEMINÁRIOS REGIONAIS

- SEMINÁRIO VIOLÊNCIA / REGIÃO CENTRO-OESTE: 24 E 25/01/2008 – CAMPO GRANDE/MS
- SEMINÁRIO VIOLÊNCIA / REGIÃO NORTE: 14 E 15/02/2008 – MANAUS/AM
- SEMINÁRIO VIOLÊNCIA / REGIÃO NORDESTE: 18 E 19/02/2008 – SÃO LUIS/MA
- SEMINÁRIO VIOLÊNCIA / REGIÃO SUDESTE: 28 E 29/02/2008 – RIO DE JANEIRO/RJ
- SEMINÁRIO NACIONAL EM PORTO ALEGRE, EM MARÇO DE 2008

 Acesse outras informações no www.conass.org.br



PRESIDENTE: Osmar Terra (RS). **VICE-PRESIDENTES:** Beatriz Figueiredo Dobashi (MS); Edmundo da Costa Gomes (MA); Luiz Eduardo Cherem (SC); Sérgio Luiz Côrtes (RJ); Wilson Duarte Alecrim (AM). **SECRETÁRIOS ESTADUAIS DE SAÚDE:** Ademar Cavalcanti Cunha Júnior (RN); André Valente (AL); Anselmo Tose (ES); Assis Carvalho (PI); Augustinho Moro (MT); Beatriz Figueiredo Dobashi (MS); Cairo Alberto de Freitas (GO); Edmundo da Costa Gomes (MA); Eugênia Glaucy Moura Ferreira (RR); Eugênio Pacceli de Freitas Coêlho (TO); Geraldo de Almeida Cunha Filho (PB); Gilberto Berguio Martin (PR); Halmélio Alves Sobral Neto (PA); João Ananias Vasconcelos Neto (CE); Jorge Gomes (PE); Jorge José Santos Pereira Solla (BA); José Geraldo Maciel (DF); Luiz Eduardo Cherem (SC); Luiz Roberto Barradas Barata (SP); Marcus Vinícius Caetano Pestana da Silva (MG); Milton Luiz Moreira (RO); Osmar Terra (RS); Osvaldo Leal (AC); Pedro Paulo Dias de Carvalho (AP); Rogério Carvalho Santos (SE); Sérgio Luis Côrtes (RJ); e Wilson Duarte Alecrim (AM). **SECRETÁRIO EXECUTIVO:** Jurandi Frutuoso. **ASSESSOR ESPECIAL:** René Santos. **ASSESSOR PARLAMENTAR:** Ricardo Nogueira. **ASSESSOR DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS:** Fernando Cupertino. **ASSESSORA JURÍDICA:** Alethele de Oliveira Santos. **ASSESSORA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL:** Vanessa Pinheiro. **JORNALISTAS:** Adriane Cruz e Tatiana Rosa. **COORDENADORA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA:** Regina Nicoletti. **COORDENADORA DE NÚCLEOS TÉCNICOS:** Rita de Cássia Bertão Cataneli. **COORDENADOR DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL:** Ricardo F. Scotti. **ASSESSORIA TÉCNICA:** Eliana Maria Ribeiro Dourado, Gilson Cantarino, Júlio Müller, Lore Lamb, Lourdes Almeida, Márcia Huçulak, Maria José Evangelista, Nereu Henrique Mansano, e Viviane Rocha de Luiz. **GERENTE ADMINISTRATIVA:** Livia Costa. **GERENTE FINANCEIRA:** Luciana Toledo Lopes. **NÚCLEO ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO:** Adriano Salgado de Farias, Ana Lucia Melo, Carolina Abad Cunha, Gabriela Barcellos, Gutemberg Silva, Ilka Costa, Julio Barbosa de Carvalho Filho, Lucília de Melo Sousa, Maria Luiza Campolina, Mariana Vila Real Mendes Sales, Melissa Amaral, Rodrigo Fagundes Souza e Sheyla Ayala Macedo. **CÂMARAS TÉCNICAS:** Assistência Farmacêutica; Atenção Primária; Atenção à Saúde; Epidemiologia; Comunicação Social; Gestão e Financiamento; Informação e Informática; Recursos Humanos; e Vigilância Sanitária.